

# GAZETA DO SUDOESTE

**Terça-feira, 02 de julho de 1996**

**ANO IX Nº 1335**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**Estado do Paraná**

**LEI Nº 1.449**

**Data: 18 de junho de 1996**

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Carmela Bortot - APM.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL CARMELA BORTOT (APM), entidade sem fins lucrativos, sediada na Rua Rui Barbosa, nº 175, Bairro Bortot, nesta cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, inscrita no CGC/MF sob o nº 80.870.320/0001-94.

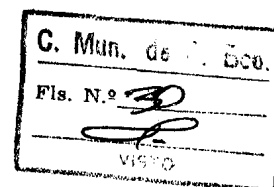
Art. 2º - A Associação referida no artigo 1º se obriga a apresentar anualmente ao Chefe do Executivo Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestado à comunidade durante o ano anterior.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Esta Lei decorre de Projeto de Lei de autoria dos Vereadores Gilson Marcondes e Cilmar Francisco Pastorello.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 18 de junho de 1996.

Delvino Longhi  
Prefeito Municipal



# GAZETA DO SUDOESTE

MANIFESTAÇÃO

Quinta-feira, 20 de junho de 1996

ANO IX Nº 1327

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Estado do Paraná

LEI Nº 1.449

Data: 18 de junho de 1996.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Carmela Bortot - APM.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL CARMELA BORTOT (APM), entidade sem fins lucrativos, sediada na Rua Rui Barbosa, nº 175, bairro Bortot, nesta cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, inscrito no CGC/MF sob o nº 80.870.520/0001-94.

Art. 2º - A Associação referida no artigo 1º se obriga a apresentar anualmente ao Chefe do Executivo Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados à comunidade durante o ano anterior.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Esta Lei decorre de Projeto de Lei de autoria dos Vereadores Gilson Marcondes e Cilmar Francisco Pastorello.

Gabinete do Prefeito de Pato Branco, em 18 de junho de 1996.

Delvino Longhi  
Prefeito Municipal



## **PROJETO DE LEI Nº 47/96**

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação  
de Pais e Mestres da Escola Estadual Carmela Bortot-APM.

**Art. 1º** - Fica declarada de utilidade pública municipal a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL CARMELA BORTOT (APM), entidade sem fins lucrativos, sediada na Rua Rui Barbosa, nº 175, Bairro Bortot, nesta cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, inscrita no CGC/MF sob o nº 80.870.520/0001-94.

**Art. 2º** - A Associação referida no artigo 1º se obriga a apresentar anualmente ao Chefe do Executivo Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados a comunidade durante o ano anterior.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Estado do Paraná

C. Mun. de P. Branco
Fis. N.º 28

# Câmara Municipal de Pato Branco

## COMISSÃO DE MÉRITO

PROJETO DE LEI Nº 47/96

### PARECER

Através do Projeto de Lei nº 47/96, buscam os vereadores proponentes, Gilson Marcondes e Cilmar Pastorello, declarar de utilidade pública municipal a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL CARMELA BORTOT (APM).

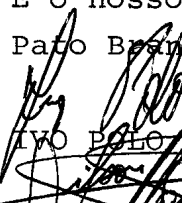
Sem nenhuma dúvida é extremamente importante e oportuna tal proposição, porquanto, aprovando-se a matéria, poderá a APM da Escola Carmela Bortot realizar o seu cadastramento e obter certidão negativa perante o Tribunal de Contas do Estado, para que possa, posteriormente, pleitear recursos junto à FUNDEPAR para a construção de uma quadra poliesportiva.

Necessário se faz lembrar aos demais pares que, em razão das próximas eleições de 03 de outubro, os convênios com o Governo do Estado, através de suas Secretarias e Fundações, somente poderão ser assinados até o próximo dia 30 de junho, daí a urgência na tramitação do referido Projeto de Lei.


Diantedo exposto, opinamos e damos PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Projeto, no que se refere à questão de mérito.


É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 10 de junho de 1996.

  
IVO POLO - Presidente

  
GILSON MARCONDES - Relator

  
NEREU F. CENI - Membro

  
OSVALDO RUARO - Membro

  
PEDRO POLO NETO - Membro



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Branco
Fls. N.º 24
Pato Branco

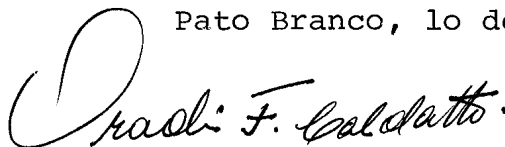
## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

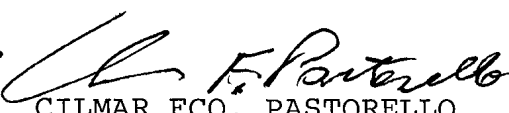
### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 47/96

Em análise ao Projeto de lei nº47/96, que busca declarar de utilidade pública APM de nosso, município, mais precisamente da Escola Carmela Bor tot. Sob o prisma das Finanças e do Orçamento, entendemos que se trata de mera formalidade, pois o Estado exige a utilidade pública, para que se possa celebrar convenios entre o Estado e as APM,s , é importante portanto nossa aprovação pois estaremos garantindo a vinda de recursos a fundo perdido para esta escola.

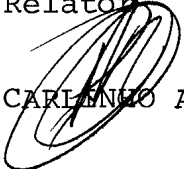
Diante do acima exposto emitimos PARECER FAVORÁVEL a aprovação da matéria.

Pato Branco, 10 de Junho de 1.996

  
ORADI FCO. CALDATTO  
Presidente

  
CILMAR FCO. PASTORELLO  
Relator

  
NELSON BERTANI

  
CARLINHO A. POLAZZO

  
LUIS G. MOARAES



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 26
<i>Branco</i>
VISTO

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 47/96

Pretendem os ilustres Vereadores proponentes do Projeto de Lei em apreço, obter o apoio do douto Plenário desta Casa de Leis, para declarar de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Carmela Bortot, entidade civil sem fins lucrativos, sediada na Rua Rui Barbosa nº 175, nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob nº 80.870.520/0001-94.

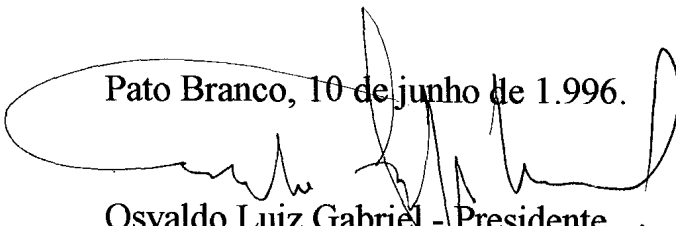
A proposição preenche os requisitos exigidos pela Lei Municipal nº 1.046, de 09 de julho de 1.991, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no Município de Pato Branco, conforme comprova o estatuto social em anexo.

Com a declaração de utilidade pública terá a referida associação condições de pleitear recursos em outros órgãos e esferas governamentais, objetivando implementar suas atividades.

Estando a matéria legalmente amparada, esta Comissão conclui em, exarar parecer favorável a sua regular tramitação e aprovação.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 10 de junho de 1.996.

  
Osvaldo Luiz Gabriel - Presidente

  
Osvaldo Ruaro - Relator

  
Helio Domingos Picolo

  
Gilmar Luiz Arcari

  
Pedro Polo Neto



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 25
Branco

## ASSESSORIA JURÍDICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 47/96

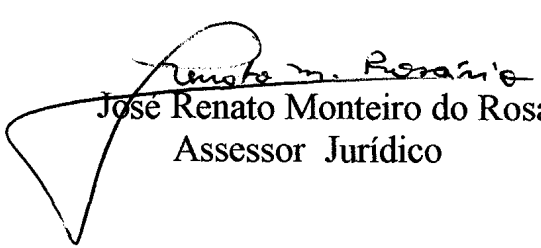
Pretendem os ilustres Vereadores proponentes do Projeto de Lei em apreço, obter o apoio do douto Plenário desta Casa de Leis, para declarar de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Carmela Bortot, entidade civil sem fins lucrativos, sediada na Rua Rui Barbosa, nº 175, Bairro Bortot, nesta cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, inscrita no CGC/MF sob nº 80.870.520/0001-94.

A proposição preenche os requisitos exigidos pela Lei Municipal nº 1.046, de 09 de julho de 1.991, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no Município de Pato Branco, conforme comprova o estatuto social em anexo.

Estando a matéria legalmente amparada, exaramos parecer favorável a sua regular tramitação.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 10 de junho de 1.996.

  
José Renato Monteiro do Rosário  
Assessor Jurídico



Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco

C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 24
Visto

Pato Branco, 04 de junho de 1996.

RECEBIDO
Data 04/06/96 Hora 18h
Assinatura <i>[assinatura]</i>
CÂMARA MUNICIPAL PATO BRANCO

Exmo. Sr.  
CLAUDIO BONATTO  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Senhor Presidente:

Os vereadores GILSON MARCONDES e CILMAR FRANCISCO PASTORELLO, da bancada do PDT, adiante assina - dos, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, a - presentam para a apreciação do douto plenário desta Casa de Leis e solicitam o apoio dos nobres pares, para a apro - vação do seguinte

## PROJETO DE LEI Nº 47/96

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Mu - nicipal a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL CAR - MELA BORTOT (APM).

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública mu - nicipal a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL CARMELA BORTOT (APM), entidade sem fins lucrativos, sedia - da na Rua Rui Barbosa, nº 175 - Bairro Bortot, nesta cida - de de Pato Branco, Estado do Paraná, inscrita no CGC/MF T sob o nº 80.870.520/0001-94.

Art. 2º - A Associação referida no artigo 1º se obriga a apresentar anualmente ao Chefe do Executivo Mu - nicipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados a comunidade durante o ano anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nestes termos, pedimos deferimento.

*[assinatura]*  
GILSON MARCONDES - VEREADOR (PDT)

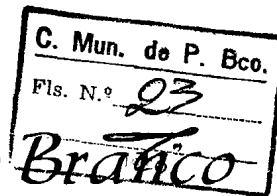
*[assinatura]*  
CILMAR PASTORELLO - VEREADOR (PDT)





Estado do Paraná

# Câmara Municipal de Pato Branco



Pato Branco, 04 de junho de 1996.

Exmo. Sr.  
CLAUDIO BONATTO  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Senhor Presidente:

Os vereadores abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem que o Projeto de Lei nº 47/96, tenha a sua tramitação pelo regime de urgência.

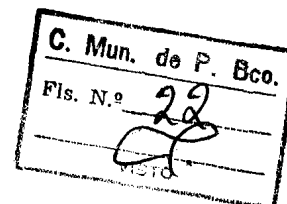
## JUSTIFICATIVA

É plenamente justificável a tramitação do Projeto de Lei nº 47/96, que declara de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Carmela Bortot (APM), pelo regime de urgência, uma vez que a referida APM, para obter certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e fazer o seu cadastramento perante aquele Tribunal, necessita ser declarada como de utilidade pública a nível municipal.

Além do mais, a APM da Escola Carmela Bortot está pleiteando recursos da FUNDEPAR para a construção de uma quadra poliesportiva, sendo também necessária, para que receba as referidas verbas, a sua declaração como entidade de utilidade pública.

Por outro lado, convém esclarecer, por último, que tal Associação preenche todos os requisitos legais necessários à propositura do Projeto de Lei nº 47/96, especialmente as normas expressas na Lei nº 1.046/91.

Nestes termos, pedimos deferimento.



 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ARRECDAÇÃO		<b>CGC</b> VÁLIDO ATÉ 30/06/97	NÚMERO DE INSCRIÇÃO 80.870.520/0001-94
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIACAO		<b>CGC</b>	ATIVIDADE PRINCIPAL 9199-5
ÓRGÃO DA RF 0910305 - PATO BRANCO		<b>CGC</b>	CPF DO RESPONSÁVEL 372.989.099-91
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DA ESC EST CARMELA BORTOT			
NOME DE FANTASIA A.P.M.			
LOGRADOURO RUA RUI BARBOSA		NÚMERO SN	COMPLEMENTO ESCOLA
CEP 85504-230	BAIRRO / DISTRITO BORTOT	MUNICÍPIO PATO BRANCO	UF PR
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA OUTRAS ATIV ASSOCIATIVAS N-ESPECIFICADAS			


1

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ARRECDAÇÃO		<b>CGC</b> VÁLIDO ATÉ 30/06/97	NÚMERO DE INSCRIÇÃO 80.870.520/0001-94
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIACAO		<b>CGC</b>	ATIVIDADE PRINCIPAL 9199-5
ÓRGÃO DA RF 0910305 - PATO BRANCO		<b>CGC</b>	CPF DO RESPONSÁVEL 372.989.099-91
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DA ESC EST CARMELA BORTOT			
NOME DE FANTASIA A.P.M.			
LOGRADOURO RUA RUI BARBOSA		NÚMERO SN	COMPLEMENTO ESCOLA
CEP 85504-230	BAIRRO / DISTRITO BORTOT	MUNICÍPIO PATO BRANCO	UF PR
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA OUTRAS ATIV ASSOCIATIVAS N-ESPECIFICADAS			

1

C. Mun. de P. Bco.	
Fls. N.º	21
VISCO	

01  
0  
6  
8  
4  
4

		MINISTÉRIO DA FAZENDA		NÚMERO DE INSCRIÇÃO	
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL		COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS		80870520/0001-94	
VALIDO ATÉ		30/06/91		ATIVIDADE PRINCIPAL	
				61.11	
NATUREZA JURÍDICA		16 - ASSOCIAÇÃO		CPF DO RESPONSÁVEL	
				061132659-00	
ÓRGÃO DA SRF		92450 - PATO BRANCO			
FIRMA DO NAZAD SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL		ESCOLA ESTADUAL CARMELA BORTOT			
NOME DE FANTASIA					
LOGRADOURO		RUA CLAYB BILAC		NÚMERO	
				SN C	
				COMPLEMENTO	
				ESCOLA	
CEP	Bairro/Distrito	MUNICÍPIO		UF	
85500	BORTOT	PATO BRANCO		PR	
RENTA - PESSOA JURÍDICA <input type="checkbox"/>		PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS <input type="checkbox"/>		IMPORTAÇÃO <input type="checkbox"/>	
CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS <input type="checkbox"/>		RENTA - RETENÇÃO NA FONTE <input checked="" type="checkbox"/>		LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS <input type="checkbox"/>	
		MINERAIS NO PAÍS <input type="checkbox"/>		ENERGIA ELÉTRICA <input type="checkbox"/>	
				SOBRE SERVIÇOS <input type="checkbox"/>	

8113254

M8911





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS  
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C  
FICHA DE  
ALTERAÇÃO

01 01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

3

5

C. Mun. de Bco  
Fis. N.º  
VISTO

- OBSERVAÇÕES IMPORTANTES**
- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C., AO PREENCHER ESTA FICHA.
  - 2 - PREENCHA-A, A MÁQUINA, EM 4 (QUATRO) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
  - 3 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
  - 4 - PREENCHA, APENAS, OS QUADROS(S) CORRESPONDENTE(S) AO(S) QUE ASSINALOU NO QUADRO 04 E PREENCHA O QUADRO 12.
  - 5 - SÓ SERÁ ADMITIDO COMO "SIGNATÁRIO" O RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA.
  - 6 - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE USO DA REPARTIÇÃO.

03 ESTABELECIMENTO A QUE SE REFERE ESTA ALTERAÇÃO

03 C. G. C. NÚMERO BÁSICO NÚMERO DE ORDEM CONTROLE

8	0	8	7	0	5	2	0	0	0	0	1	9	4	8
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

04 ALTERAÇÕES NA FICHA

04 ASSINALE COM "X" O ITEM A ALTERAR (00 A 05 PRIVATIVO DO ESTABELECIMENTO-SEDE)

MÊS DE BALANÇO	00	6	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL	05	7
PERCENTUAL DO CAPITAL	01	4	ATIVIDADE PRINCIPAL	06	5
FAIXA DE CAPITAL	02	2	NOME DE FANTASIA	07	3
PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL	03	0	ENDEREÇO	08	1
NATUREZA JURÍDICA	04	9	RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS	09	0

05 NOVAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

05 MÊS DE BALANÇO 3 05 PERCENTUAL DO CAPITAL 1

DE ORIGEM NACIONAL 01 7 DE ORIGEM ESTRANGEIRA 02 5

07 FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")

MENOS DE Cx\$ 100 03 3 ENTRE Cx\$ 100 E Cx\$ 1.000 04 1 MAIS DE Cx\$ 1.000 05 0

06 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

06 ASSINALE COM "X" A NOVA RELAÇÃO DE TRIBUTOS QUE RECOLHER HABITUALMENTE

IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)	00	1	LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	06	7
EXPORTAÇÃO	01	0	ENERGIA ELÉTRICA	09	5
PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	02	8	MINERAIS	10	9
IMPORTAÇÃO	03	6	TRANSMISSÃO PROP. IMOBILIÁRIA	11	7
IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)	04	4	ICM	12	5
IPI	05	2	PROPRIEDADE TERRITORIAL E PREDIAL URBANA	13	3
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	06	0	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	14	1
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)	07	9			

08 NOVA ATIVIDADE PRINCIPAL

08 DESCRIÇÃO

11 CÓDIGO 7

09 NOVA DENOMINAÇÃO

12 NOVA FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL

13 NOVO NOME DE FANTASIA

10 NOVO ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

14 TIPO (RUA, AV., ETC.) RUA

15 NOME DO LOGRADOURO RUI BARBOSA

16 NÚMERO 175

17 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.) ESCOLA

18 BAIRRO OU DISTRITO BORTOT

19 CEP 85500

20 SIGLA DA U.F. P R

21 MUNICÍPIO PATO BRANCO

22 CÓDIGO DO MUNICÍPIO 7751

23 CÓDIGO DA INSPECTORIA

11 NOVA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

24 INSCRIÇÃO NO CPF NÚMERO BÁSICO CONTROLE

25 NOME

12 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

26 CPF DO SIGNATÁRIO N.º BÁSICO CONTROLE

0	6	1	1	3	2	6	5	9	0	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

27 NOME ZELIDE CARMELENDIA MERLO CORREIA

28 DATA PATO BRANCO, 9.9.91

29 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

30 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO/DATA

13 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

31 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR

32 CARIMBO PADRONIZADO DO C.G.C. DO ESTABELECIMENTO-SEDE

33 DATA DE RECEPÇÃO

34 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO

14 CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS

CÓDIGO	ANO	GRUPO	NÚMERO
	1	2	03

15 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

32 CARIMBO RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

09.1.03.05-8

11/09/91

ARF B PATO BRANCO

16 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

33 DATA DE RECEPÇÃO

34 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO

EXTRATO PARA FIM DE REGISTRO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA CARMELA BORTOT

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º - A Associação de Pais e Mestres da Escola Carmela Bortot (AM//), com sede e foro no distrito de Pato Branco, município de Pato Branco, Estado do Paraná, à Rua Cláudio Silas, nº s/n, rege-se pelo Presente Estatuto e pelos dispositivos legais ou regulamentares que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA

Art. 2º - A AM, pessoa jurídica de direito privado, é instituição auxiliar do Estabelecimento de Ensino e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - A AM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade.

Art. 4º - São objetivos específicos da AM:

I - prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;

II - representar os interesses da comunidade e dos pais de alunos junto a Direção do Estabelecimento, contribuindo para as necessárias adequações dos Planos/ Curriculares;

III - contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolares;

IV - promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-cultural-desportivas.

CAPÍTULO IV

Art. 5º - Compete à AM:

I - mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para a assistência ao educando e a melhoria do estabelecimento de ensino;

II - receber doações e contribuições voluntárias, fornecendo o competente recibo, para efeitos de abatimento ou dedução fiscal;

III - encaminhar o Plano Anual de Atividades e os Relatórios Semestral e Anual, assim como as alterações ou adequações ao presente Estatuto, à Coordenação de Assistência ao Educando da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Estado do Paraná;

IV - publicar, semestralmente, o balancete;

V - analisar as condições sócio-econômicas dos candidatos à isenção das Contribuições Comunitárias, encaminhando parecer conclusivo à Direção do Estabelecimento;

VI - acompanhar a aplicação das receitas oriundas da cobrança das Contribuições, bem como a eliminação das irregularidades que forem constatadas;

VII - aprovar, em primeira instância, através de ata, a prestação de contas da aplicação de recursos das Contribuições Comunitárias apresentada pelo Diretor do Estabelecimento;

Pato Branco, 17 de setembro de 1979.

Luciano de J. J. Ab.  
Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

2. 1. 1979 - 1. 1. 1980

EXTRATO PARA FIM DE REGISTRO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA SÃO VICENTE DE PAULA

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º - A Associação de Pais e Mestres da Escola São Vicente de Paula (AM//), com sede e foro no distrito de Pato Branco, município de Pato Branco, Estado do Paraná, à Rua Cláudio Silas, nº s/n, rege-se pelo Presente Estatuto e

Registro Geral de Imóveis - Títulos e Documentos

Apresentado(a) hoje das 13 às 17 horas  
Protocolo fls. 398 do 4468 de ordens  
do Livro n.º A

Registro no Livro n.º Ano 1 fls. 105  
n.º 99 de ordem  
Pato Branco, 11 de agosto 1980  
Luciano de J. J. Ab.  
OFICIAL

Registro de Títulos e Documentos

CGC n.º 77780773/0001-62

PEDRO DE SÁ RIBAS

TITULAR

R. Oivaldo Aranha, 697 - P. Branco - PR

da aplicação de recursos das contribuições Comunitárias apresentada pelo Diretor do Estabelecimento;

VIII - proceder, em ata, a tomada de conta de valores e bens do Estabelecimento quando da substituição da Direção.

Pato Branco, 26 de setembro de 1979.

Luciano de J. J. Ab.  
Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

2. 1. 1979 - 1. 1. 1980

auxiliar  
1 e nem/

educan-

le efici-

junto a /  
dos Pla-

io estabe

ssores e  
ltural- /

ade, para

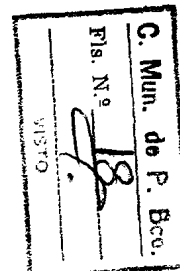
petente /

stral e //  
ordenação  
tura do Es

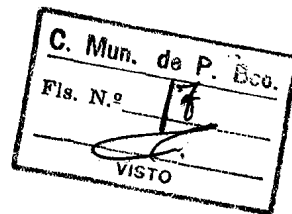
o das Con  
stabeleci-

Contribui  
constata-

de contas



## CAPÍTULO I



### DA INSTITUIÇÃO, SEDE E FORO

1

Art. 1º - A Associação de Pais e Mestres da Carmela Bertet (APM/ ),  
com sede e foro no distrito de Sato Branco  
município de Sato Branco, Estado do Paraná, à  
Rua Ilano Bilac, nº 314, reger-se-á  
pelo Presente Estatuto e pelos dispositivos legais ou regulamenta-  
res que lhe forem aplicáveis.

## CAPÍTULO II

### DA NATUREZA

Art. 2º - A APM, pessoa jurídica de direito privado, é institui-  
ção auxiliar do Estabelecimento de Ensino e não tem  
caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sen-  
do remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros.

## CAPÍTULO III

### DOS OBJETIVOS

Art. 3º - A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência  
ao educando, no aprimoramento do ensino e na integra-  
ção família-escola-comunidade.

Art. 4º - São objetivos específicos da APM:

- I - prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;
- II - representar os interesses da comunidade e dos pais de alunos junto a Direção do Estabelecimen-  
to, contribuindo para as necessárias adequações dos Planos Curriculares;
- III - contribuir para a melhoria e conservação do apa-  
relhamento e do estabelecimento escolares;
- IV - promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, atra-  
vés do desenvolvimento de atividades sócio-cul-  
tural-desportivas.

## CAPÍTULO IV

### DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º - Compete à APM:

2

- I - mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para a assistência ao educando e a melhoria do estabelecimento de ensino;
- II - receber doações e contribuições voluntárias, fornecendo o competente recibo, para efeitos de abatimento ou dedução fiscal;
- III - encaminhar o Plano Anual de Atividades e os Relatórios Semestral e Anual, assim como as alterações ou adequações ao presente Estatuto, à Coordenação de Assistência ao Educando da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Estado do Paraná;
- IV - publicar, semestralmente, o balancete;
- V - analisar as condições sócio-econômicas dos candidatos à isenção das Contribuições Comunitárias, encaminhando parecer conclusivo à Direção do Estabelecimento;
- VI - Acompanhar a aplicação das receitas oriundas da cobrança das Contribuições Comunitárias, comunicando à FUNDEPAR as irregularidades que forem constatadas;
- VII - aprovar, em primeira instância, através de ata, a prestação de contas da aplicação de recursos das Contribuições Comunitárias apresentada pelo Diretor do Estabelecimento;
- VIII - proceder, em ata, a tomada de conta de valores e bens do Estabelecimento quando da substituição da Direção;
- IX - controlar, financeira e administrativamente, as atividades relacionadas com a Cantina Comercial no Estabelecimento, inclusive quanto à fixação de preços, movimento financeiro e aplicação dos lucros;
- X - aprovar anualmente a prestação de contas do Banco do Livro;



- XI - promover a melhoria da merenda escolar através de contribuições voluntárias, em espécie ou gênero;
- XII - acompanhar o desenvolvimento do currículo escolar, sugerindo medidas de correção que julgar necessárias;
- XIII - promover palestras, conferências e círculos de estudos, visando atualização e aprimoramento de pais e professores;
- XIV - indicar os alunos a serem contemplados com bolsas de estudos, em face da análise de suas condições sócio-econômicas;
- XV - fornecer aos alunos, comprovadamente carente de recursos, material e uniforme escolares, assim como facilidade de transporte;
- XVI - proporcionar o necessário atendimento médico, odontológico e social aos alunos;
- XVII - atuar, quando necessário, no auxílio e complementação à administração escolar;
- XVIII - estimular o funcionamento de cursos e atividades de assistência, relacionados com o ensino pré-escolar;
- XIX - programar o uso do estabelecimento de ensino nos períodos ociosos, tornando-o um centro de atividades comunitárias e responsabilizando-se pela sua conservação;
- XX - estimular a criação e o desenvolvimento de cooperativas, clubes agrícolas, clubes de saúde e outras instituições correlatas.

## CAPÍTULO V

### DO PATRIMÔNIO E DA CAPTAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Art. 6º - Os recursos da APM serão proveniente de:

- I - contribuições voluntárias dos sócios;
- II - auxílios e subvenções de órgãos públicos;
- III - doações de pessoas físicas e jurídicas;
- IV - rendas de entidades mantidas pela APM;

- V - campanhas e promoções;
- VI - convênios e contratos;
- VII - rendas de aplicação de recursos;
- VIII- prestações de serviços;
- IX - outras fontes.

§ 1º os bens móveis e imóveis da APM só poderão ser ' objeto de negócio jurídico após aprovação da Conselho Fiscal.

§ 2º Os bens móveis e imóveis assim como os valores ' da APM, devem ser obrigatoriamente contabiliza-- dos e inventariados, integrando o seu patrimônio.

§ 3º As contribuições voluntárias dos associados, bem como as arrecadadas sob qualquer outra forma, se rão depositas em estabelecimento bancário, em conta vinculada da APM, a ser movimentada conjun tamente pelo Presidente e Diretor Financeiro da APM.

Art. 7º - Os recursos da APM serão aplicados na seguinte ordem:

- I - mínimo de 60% (sessenta por cento) para à Assis- tência ao educando;
- II - até 25% (vinte e cinco por cento) para a melho- ' ria e manutenção do aparelhamento e estabeleci- ' mento escolares;
- III - até 15% (quinze por cento) para a contratação de pessoal que preste assistência técnica ou admi- ' nistrativa à APM ou ao Estabelecimento.

## CAPÍTULO VI

### DOS SÓCIOS

Art. 8º - O quadro social da APM será constituído com número ilimi tado, das seguintes categorias de sócios:

- I - Efetivos
- II - Colaboradores
- III - Honorários

§ 1º - Serão sócios efetivos o Diretor do Estabelecimento, os integrantes do Corpo Docente, Técnico e Administrativo e os pais de alunos matriculados.

§ 2º - Serão sócios colaboradores os alunos, ex-alunos, pais de ex-alunos, ex-professores, e membros da comunidade interessados na problemática sócio educacional.

§ 3º - Serão sócios honorários, por aprovação da Assembléia Geral, todos aqueles que tenham prestado relevantes serviços à educação e à APM.

Art. 9º - Constituem direitos dos sócios:

- I - votar e ser votado;
- II - apresentar novos sócios para ampliação do quadro social;
- III - apresentar sugestões e oferecer colaboração à APM;
- IV - convocar Assembléia Geral Extraordinária;
- V - solicitar, em Assembléia Geral, esclarecimentos acerca do controle dos recursos da APM;
- VI - participar das atividades promovidas pela APM, bem como utilizar as dependências do Estabelecimento nos termos do artigo 5º, inciso XIX, deste Estatuto.

Parágrafo Único - Não poderão ser votados os menores de 21 anos, salvo os emancipados, na forma do artigo 9º, parágrafo 1º do Código Civil Brasileiro.

Art. 10º - Constituem deveres dos sócios efetivos e colaboradores:

- I - conhecer e respeitar este Estatuto assim como as deliberações da APM;
- II - comparecer às Assembléias Gerais e Reuniões da APM;
- III - desempenhar os cargos e as missões que lhes forem confiadas;
- IV - colaborar para a ampliação da participação comunitária na solução dos problemas do educando e do Estabelecimento;

- V - cooperar, com recursos ou serviços, para que APM possa eficazmente cumprir seus objetivos.

Art. 11º - Os sócios são passíveis das seguintes penalidades:

- I - advertência
- II - suspensão
- III - eliminação

Parágrafo Único - Nenhuma penalidade deverá ser aplicada sem uma prévia defesa por parte do sócio.

## CAPÍTULO VII

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12º - São órgãos da Administração da APM:

- I - Assembléia Geral
- II - Conselho Fiscal
- III - Diretoria

Art. 13º - A Assembléia Geral Ordinária, constituída pela totalidade dos associados, será convocada e presidida pelo Diretor do Estabelecimento até o dia 30 de março de cada ano.

§ Único - A convocação se fará com dez (10) dias de antecedência.

Art. 14º - As Assembléias Gerais realizar-se-ão em primeira convocação com presença de mais de metade dos sócios efetivos e colaboradores ou, em segunda com qualquer número, uma hora depois,

§ 1º - Sempre que justificado, poderá ser convocada Assembléia Geral Extraordinária pelo Presidente da APM, pelo Conselho Fiscal, ou por um quinto dos sócios.

§ 2º - As deliberações da Assembléia Geral serão aprovadas por metade mais um dos sócios presentes.

Art. 15º - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- I - eleger anualmente a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II - aprovar o relatório anual e a prestação de contas referentes ao exercício anterior com base em parecer do Conselho Fiscal;

III - deliberar sobre assuntos gerais de interesse da APM constantes no Edital de Convocação.

Art. 16º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- I - deliberar sobre os assuntos motivadores da convocação;
- II - deliberar sobre modificações deste Estatuto e homologá-las após aprovação da Coordenação de Assistência ao Educando;
- III - deliberar sobre a dissolução da APM.

Art. 17º - O Conselho Fiscal será constituído de seis (06) membros, sendo três (03) efetivos e três (03) suplentes.

Art. 18º - O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido por seus pares.

Art. 19º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Diretoria;
- II - apreciar os balancetes semestrais e dar parecer sobre o relatório semestral, o Relatório Anual, a Prestação de Contas e o Plano Anual de Atividades da Diretoria;
- III - aplicar as penalidades aos sócios, na forma do artigo II;
- IV - opinar sobre a aceitação de doações com encargos;
- V - opinar sobre contratos e convênios.

Art. 20º - As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo o desempate ao Presidente.

Art. 21º - A Diretoria será composta de:

- I - Presidente
- II - Secretário Geral
- III - Diretor Social
- IV - Diretor Financeiro
- V - Diretor Cultural
- VI - Diretor de Esportes.

Art. 22º - Os associados efetivos e colaboradores serão eleitos em Assembléia Geral para ocuparem os cargos referidos nos incisos I, II, e III do artigo 21.

§ 1º - Juntamente com os titulares serão eleitos suplentes do secretário geral e do Diretor Financeiro, para substituí-los nos seus impedimentos.

§ 2º - O cargo de Presidente será privativo de pais de alunos.

Art. 23º - Os cargos, previstos nos incisos IV, V, e VI do artigo 21º serão designados pelo Presidente da APM.

Art. 24º - Compete à Diretoria:

- I - elaborar o Plano Anual de Atividades e os Relatórios semestral e anual, submetendo-os previamente ao Conselho Fiscal;
- II - gerir os recursos da APM, no cumprimento de seus objetivos;
- III - colocar em execução o Plano Anual de Atividades e as deliberações da Assembléia Geral;
- IV - apresentar balancetes semestrais ao Conselho Fiscal, colocando à disposição deste seus livros e documentos;
- V - executar e fazer executar as atribuições constantes do artigo 5º deste Estatuto;
- VI - elaborar normas para concessão de auxílios ao educando;
- VII - reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do Presidente ou por dois terços de seus membros;
- VIII - tomar medidas de emergência não previstas neste Estatuto, submetendo-as à posterior aprovação do Conselho Fiscal.

Art. 25º - Compete ao Presidente:

- I - administrar a APM, representando-a em juízo ou fora dele;
- II - assinar, juntamente com o Diretor Financeiro, as obrigações mercantis, cheques, balanços e outros documentos que importem em responsabilidades fi-

nanceiras ou patrimoniais para a APM, bem como vi  
sar os livros de escrituração;

- III - aprovar pagamentos correspondentes a até dois(2) salários mínimos regionais, e acima desse limite, com autorização do Conselho Fiscal.
- IV - enviar à Coordenação de Assistência ao Educando da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Estado do Paraná:
  - a) - Cópia do Estatuto da APM, bem como as modificações introduzidas em Assembléia Geral;
  - b) - Cópia do Relatório Semestral e Anual de Atividades;
  - c) - relação dos componentes da Diretoria e do Conselho Fiscal, até 30 dias após a eleição e as designações, conforme o caso.
- V - convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinária da Diretoria;
- VI - apresentar à Diretoria o anteprojeto o Planejamento Anual;
- VII- designar os diretores social, cultural e de esportes.

Art. 26º - Compete ao Secretário Geral:

- I - auxiliar o Presidente e substituí-lo em seus impedimentos;
- II - lavrar as atas das reuniões e Assembléias Gerais;
- III - organizar os relatórios semestral e anual de atividades;
- IV - manter atualizado e em ordem o fichario de sócios, os arquivos e documentos da APM;
- V - fazer as convocações de reuniões.

Art. 27º - Compete ao Diretor Financeiro:

- I - assinar, junto com o Presidente da APM, as obrigações mercantis, cheques, balanços e outros documentos que importem responsabilidade financeira ou patrimonial para a APM;

- II - promover a arrecadação e contabilização das contribuições dos sócios e das demais receitas;
- III - depositar os recursos financeiros da APM em estabelecimento bancário;
- IV - controlar os recursos da APM;
- V - realizar através de cheque nominal ou em dinheiro, se em importância menor que um terço do salário mínimo regional, os pagamentos autorizados pelo Presidente;
- VI - realizar inventário anual dos bens da APM, responsabilizando-se por sua guarda e conservação;
- VII - fazer o Balanço Anual e a prestação de Contas, submetendo-os à análise e apreciação do Presidente do Conselho Fiscal, respectivamente;
- VIII - arquivar notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela APM.

Art. 28º - Compete ao Diretor Social promover a integração escola-comunidade através do planejamento, execução e controle das atividades sociais e, prioritariamente, de Assistência ao Educando.

Art. 29º - Compete ao Diretor Cultural promover a integração escola-comunidade através do planejamento, execução e controle das atividades culturais.

Art. 30º - Compete ao Diretor de Esportes promover a integração escola-comunidade através do planejamento, execução e controle das atividades esportivas.

Art. 31º - Os Diretores Social, Cultural e de Esportes deverão colaborar para a elaboração do Plano Anual de Atividades e Relatórios Semestral e Anual, fornecendo os subsídios de suas respectivas áreas de atuação.

## CAPÍTULO VIII

### DAS ELEIÇÕES, POSSE, EXERCÍCIO E MANDATO

Art. 32º - As eleições para o Conselho Fiscal e para a Diretoria realizar-se-ão anualmente em Assembléia Geral Ordinária.



- Art. 33º - As chapas dos candidatos serão submetidas ao Presidente da Assembléia Geral, podendo esta impugná-la se contrárias a qualquer dispositivo estatutário.
- Art. 34º - O Pleito será realizado com votos secretos e direto, sendo considerado vencedora a chapa que conseguir maior número de votos.
- Art. 35º - Os eleitos para o Conselho Fiscal serão considerados empossados no ato da proclamação da Assembléia Geral, assumindo o exercício imediatamente.
- Art. 36º - A Diretoria tomará posse imediatamente e entrará o em exercício dentro do período máximo de 10 (dez) dias, após receber da Diretoria anterior a prestação de contas do período compreendido entre o último balanço e transmissão dos cargos.
- Art. 37º - O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal será de um ano, permitindo-se uma única recondução sucessiva de cada um dos membros.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 38º - A APM somente poderá ser dissolvida:
- I - em virtude de lei emanada do Poder competente;
  - II - por decisão de dois terços de seus sócios, manifestada em Assembléia Geral Extraordinária especialmente para esse fim.
- Art. 39º - Em caso de dissolução, todos os seus móveis, imóveis e valores de qualquer espécie reverterão em benefício da Assistência ao Educando, a critério da Assembléia Geral Extraordinária.
- Art. 40º - A APM não distribuirá lucros, bonificações e vantagens a Dirigentes, Conselheiros, mantenedores ou sócios, sob nenhuma forma ou pretexto, e empregará suas rendas, exclusivamente no seu município na manutenção de seus objetivos institucionais.
- Art. 41º - Os casos omissos deste Estatuto serão dirimidos pela Diretoria e Conselho Fiscal em reunião conjunta.

- Art. 42º - O mandato da Diretoria em exercício será cumprido integralmente para o período para o qual foi eleita.
- Art. 43º - No exercício de suas atribuições a APM manterá rigoroso respeito as disposições legais, de modo a assegurar a observância aos princípios fundamentais da política Educacional do Estado do Paraná.
- Art. 44º - O exercício financeiro da APM terminará em 28 de fevereiro de cada ano.
- Art. 45º - O Presidente da APM providenciará a publicação do extrato deste Estatuto em Diário Oficial ou Jornal Local, e a sua inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, enviando cópia posteriormente à Coordenação de Assistência ao Educando da Secretaria do Estado da Educação e da Cultura do Estado do Paraná, o mesmo ocorrendo com toda e qualquer modificação do Estatuto.

Ata nº 01/95

Às dezessete dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e cinco às dezesseis horas e trinta minutos, no pavilhão do bairro Bortol houve a primeira Assembleia Geral dos pais e professores da Escola Estadual Carmela Bortol - Ensino de 1.º Grau do presente ano letivo. A Diretora deu início à reunião cumprimentando a todos e deu as boas-vindas. Estava presente também a chefe do Núcleo Regional de Educação professora Clemair Bertol. A Diretora Maria Irene Pigatto apresentou sua equipe de trabalho Diretora - Auxiliar: Edione T. Bortol Brustolin, Supervisora: Dulce Dal'Corne e Rosa Giacomini Merlo. A seguir a Diretora solicitou aos pais presentes para logo a seguir apresentarem as chapas da APM. Em seguida foi cedida a palavra à chefe do N.R.E. a qual elogiou esta comunidade pelo grande número de pais presentes e incentivou a implantação do CBA de quatro anos - Ciclo Básico de Alfabetização. Comentou a respeito do Vale Saber, a implantação de um novo Conselho nas escolas da rede estadual e o projeto ABC. A chefe prometeu que assim que for conseguido o terreno para uma cancha de esporte ela assumirá o compromisso para a construção da referida cancha. Recebeu os aplausos de todos os presentes. A seguir a professora Vera Sordi, membro do N.R.E. e responsável pelo Ciclo Básico de Alfabetização de quatro anos fez a explanação de como funciona o Ciclo Básico, o número de professoras e como irão atuar, e como funcionará o contraturno. A chefe do N.R.E. que é uma

48

apaixonada por esta causa do CBA, fez uma longa explanação a respeito. A palavra retornou à Diretora a qual lembrou aos pais o termo de compromisso que assinaram, na escola, no ato da matrícula de seu filho, para que o mesmo cumpra o Regulamento Interno da escola. Foi alertado a importância da aquisição da agenda (cadernete) pelo alunos, pois esta é o elo de comunicação da escola com os pais e dos pais para com a escola, solicitou a Diretora-Auxiliar. A Diretora comentou a respeito do calendário escolar que é de cento e oitenta dias letivos. A escola vem adotando o uso do uniforme escolar e a diretora pôs em votação se os pais aprovam ou não pela continuidade. A aprovação foi unânime. Foi solicitado a presença dos pais, no turno da noite, para aqueles que têm filhos que estudam nesse horário. Foi encaminhado um ofício ao Excelentíssimo Prefeito solicitando a doação de um terreno para a construção de uma cancha de esportes, cuja finalidade primordial são as aulas de Educação Física, para tal, foi também solicitado aos presentes a assinatura de um abaixo-assinado. A seguir foi passada a palavra ao presidente da APM, senhor Romano o qual solicitou que todos os membros da antiga diretoria se apresentassem. O senhor Romano fez uma explanação dos trabalhos prestados. A ex-diretoria apresentou sua nova chapa ficando assim constituída Presidente: Juo Ari Leonardi, Vice-Presidente Romano Guizzo (Subia) Secretária: Orilde Graceski, Tesoureiro: Isidoro Benarshi, Dept. Esportivo: Roberto Daniva, Dept. Cultural, digo, Valdes de Bol, Dept. Cultural: Mauri Sturza, Dept. Social Jorge Balhinott. Foi dado um tempo para que outra(s) chapas se manifestassem.

Como não se apresentou nenhuma outra chapa  
esta foi eleita por aclamação. Nada mais havendo  
a tratar foi encerrada a sessão a qual vai  
assinada por todos os presentes.

Pato Branco, 17 de março de 1995

Rosângela	Leonilda S. Ribeiro
Valéria de Fátima	Simão Pinheiro
Proprietário de Araújo	Volpato Rosa
Rosângela Sebastião	Juliano Pinheiro
Salina de Barros	Geo B. Sales
Gláucia da Silveira	Mauritela B. Bertolini
Van Ancego	Miguel Foremki
Luiz S. - Germano	Dania M. F. dos Santos
Cecília Lúcio	Leônia E. Souto
Maria S. Müller	Sulli F.C. Baldin
Valdemar Saggin	<del>Volpato Rosa</del>
Emir Petyboki	Neemy Guarez
Edair Ferraro	Mário B. dos Santos
Loreti Palazzi	<del>Volpato Rosa</del>
Filipe Cruz	Elis Gombata
Vera Mackenzie	Genalfo Boyer
Neemi da Silva	Bruti Beatriz Fabrício
Cleverina Paternizar	<del>Volpato Rosa</del>
Everton Mariani	Alice Miotto
Jucimar Buscare	Lyrene Bonesso
Beatriz Rulatto	Nadi Lucca
Maria Lúcia de Coutinho	Elis Baldin
Foriacerio	Dino Andrade
Olga Regina Copetti	Ferezinda Montanara
Maximino Perin	Dino Miotto
Marielene Borges	Cleusa Bonadiman
Erigen S. Dall'Amor	
Verdone Gomes	

Zenofon e Sigmar  
Aroci Dos Santos

Luidilo R. Beniski

Diles T. Ranti

Eldia Rifol

~~Eda~~

Nome Coragrande

Zelia J. L. Sigmar

Herta Sartari

Mario yulio Sigatto

Eliane Borlot

João Parich

~~Eda~~

Luiz Peca

Antonia Maria Leite

Alstina Pollocosta

Eda, D. L. Kolink

Amélia S. Retore

Isabel R. R. R.

Cláudio Beloso

Erica Bertolini

Orani Lorenski

Sixley T. Jacob

João Vezof

Aléida Babinski

Adile Santos

Dulce da Silva Heumann

João V. S. R.

Silfredo José Tergütz

Virgínia P. Chard

Vitória Rosado

Colonna Gergher

Maria S. G. Feres

Wlmar P. dos Santos

Duenei Pozza

Emedo P. Camiletti

Sael B. Santos

Vilmar Hoffmann

Ademir Carreira

Guilherme P. da Silva

Olga Langaro

Delicio das Neves

Agustino Randell

Arquitano F. da Rocha

Helena Gulagurski

Salte H. Agostini

Graciano G. Ronillo

~~Eda~~

João Filicelli

Marcelo Totto

Maria P. da Rosa

Palmeira Delastiani

Prado Holko

Eda Eucledes + i. e. e. e.

Cláudio de Oliveira

Salte Perin da Silva

Normari Fraron

Isolda Franco

Vera Regina de Almeida

Cláudio B. Valerio

Maria Aparecida Antunes

Vitório A. Perin

~~Eda~~

Waldemar Tergütz

Wiliberto Goedert

*[Handwritten signatures and names:]*  
 Anna S. Mayer  
 Elza de Souza  
 Maria S. S. S. S.  
 Marietela Florencio  
 Jorge B. B.  
 Siema de M. M.  
 Delci Mariani Santos

Ata n.º 02/95  
 Aos vinte e nove dias do mês de setem-  
 bro de um mil novecentos e noventa e cinco  
 as dezoito horas e trinta minutos, no pátio  
 da Escola Estadual Carmela Bortot - Ens. de 1.º  
 grau reuniram-se os pais e professores sob a pre-  
 sidência da Diretora - Auxiliar prof.ª Edione T.  
 Bortot a fim de tratar quanto ao rendimento  
 escolar e o comportamento dos alunos. A prof.ª  
 Edione comentou a respeito de atitudes de violên-  
 cia entre os alunos, também de auto violência en-  
 tre os alunos (tatuagem por baixo do couro), nas mãos  
 Foi solicitado aos pais que verifiquem as companhias  
 com que o filho anda. Tratou-se quanto ao lanche  
 dos alunos, que já está terminando; apesar da  
 escola ter adquirido um forno industrial, para  
 facilitar no preparo da merenda. Pediu-se pa-  
 ra que os pais mandem seus filhos sempre uni-